

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei 14.133/2021)

Processo CPA nº 2026/067486

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso e gestão de créditos de passagens aéreas nacionais e internacionais e de hospedagens, **por meio de sistema de registro de preços.**

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inc. I, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade demonstrar a necessidade administrativa, examinar as soluções disponíveis no mercado e indicar a solução mais adequada para o atendimento das demandas institucionais relacionadas a passagens aéreas e hospedagens.

A contratação justifica-se pela necessidade de viabilizar o deslocamento e a permanência de magistrados(as), servidores(as), palestrantes e demais usuários legitimados em viagens a serviço, participação em eventos, reuniões, cursos, seminários, correições e outras atividades institucionais que exijam presença física fora da sede funcional.

O serviço abrangerá as necessidades do Gabinete da Presidência, da Corregedoria-Geral da Justiça e da Escola Paulista da Magistratura – EPM. Para este modelo, foram excluídos da estimativa de gastos os valores anteriormente vinculados ao setor SAAB, que não integrará a nova contratação.

Os serviços serão executados por meio de ferramenta de reservas on-line, nas modalidades de atendimento via suporte da agência e/ou autoagendamento (self booking), para atender ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sob o regime de empreitada por preço unitário e com remuneração por taxa fixa unitária de transação (Remuneração do Agente de Viagens - RAV).

A contratação será realizada por meio do sistema de registro de preços, tendo em vista a necessidade de aquisição de passagens aéreas e hospedagens caracterizar-se como demanda variável, imprevisível e recorrente, decorrente de deslocamentos a serviço, participação em eventos, reuniões técnicas,

capacitações e outras atividades institucionais. Dessa forma, não é possível definir previamente, com exatidão, os quantitativos a serem contratados, o que torna o Sistema de Registro de Preços o instrumento mais adequado.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Inc. II, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Código de identificação da contratação de passagens aéreas e hospedagem inserida no Plano de Contratações Anual nº 465/2026.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (Parágrafo único, art. 11, Lei 14.133/21)

Não se aplica, por não constar, de forma específica, do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (§ 5º, art. 12, Provimento CSM nº 2.724/2023)

Para este objeto, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não disponibilizou catálogo eletrônico de padronização no Portal da Administração.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inc. III, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

6.1. A contratação deverá observar a Lei nº 14.133/2021, os normativos internos do Tribunal e as condições definidas no Termo de Referência.

6.1.1 A DETENTORA DA ATA deverá disponibilizar, sem ônus adicional, sistema eletrônico unificado via web, com acesso seguro, compatível com os principais navegadores e dispositivos móveis, apto a realizar pesquisas, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso e emissão de relatórios gerenciais.

6.1.1.1 Será exigida Prova de Conceito (PoC) do sistema ofertado, em ambiente virtual, previamente à homologação, para verificação do atendimento integral aos requisitos técnicos e funcionais obrigatórios, com registro do resultado em ata/relatório.

6.1.2 O sistema deverá permitir autoagendamento (self booking), self ticket, definição de perfis de usuários, consulta às principais companhias

aéreas, filtros de hospedagem, customização de relatórios e trilha de auditoria das operações.

6.1.3 A DETENTORA DA ATA deverá manter suporte remoto permanente, inclusive plantão 24 horas por dia, 7 dias por semana, para situações excepcionais ou emergenciais, tanto para emissão de passagens aéreas como para reserva de hospedagem.

6.1.4 A DETENTORA DA ATA deverá disponibilizar suporte do tipo help desk para resolução de problemas relacionados ao sistema self booking e para orientação dos usuários do Tribunal, sem ônus adicional.

6.2. Seguro viagem

6.1.5 Não se mostra necessária, na presente contratação, a inclusão de serviço de seguro-viagem. Embora o objeto contemple a emissão de passagens aéreas internacionais, o quantitativo projetado para esse segmento é de apenas 10 bilhetes internacionais em universo total de 950 bilhetes aéreos, o que evidencia consumo ínfimo e meramente residual. Nessas condições, a inclusão de seguro-viagem ampliaria o escopo do objeto sem correspondência com demanda relevante ou recorrente, razão pela qual se entende desnecessária sua previsão na presente Ata de Registro de Preços.

6.1.6 Diante do exposto, entende-se prestado o esclarecimento solicitado, com a devida complementação da justificativa quanto à metodologia de projeção dos quantitativos, à adoção do critério de julgamento pelo menor preço global e à desnecessidade de inclusão de seguro-viagem no objeto da contratação.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

7.1. O recebimento provisório dos serviços será realizado quinzenalmente, mediante a verificação das demandas efetivamente atendidas no período correspondente, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da data de disponibilização do respectivo relatório, emitido em sistema on-line, por meio de aplicativo próprio ou acesso via web.

7.2. O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá mediante o ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo Fiscal do Contrato, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da data de emissão do documento fiscal.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO (inc III, art. 18, Lei 14.133/21)

- 8.1.** O serviço terá início após publicação da Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas, com a respectiva emissão da Nota de Empenho estimada e a disponibilização do sistema *self booking*.
- 8.2.** Os bilhetes, taxas de embarque e as hospedagens serão pagos pelos valores efetivamente praticados no mercado no momento da reserva, sem markup, acrescidos apenas da remuneração do agente de viagens – RAV fixa.
- 8.3.** O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias a partir do ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo Fiscal do Contrato, após o recebimento definitivo dos serviços.

9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

Não se aplica ao objeto a ser contratado.

10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e MODO DE DISPUTA (inc. VIII, art. 18, Lei 14.133/21)

- 10.1.** Considerando que o objeto do presente estudo possui padrões de desempenho e qualidade, assim como especificações usuais de mercado, logo, a modalidade de licitação será o Pregão, na forma eletrônica, o critério de julgamento menor preço global e o modo de disputa aberto.
- 10.2.** A opção pelo critério de julgamento da proposta pelo menor preço global decorre dos problemas recorrentes verificados nas duas últimas contratações realizadas pelo critério de maior desconto, nas quais as empresas vencedoras apresentaram descontos elevados, mas não conseguiram executar o objeto de forma satisfatória, ocasionando falhas no atendimento e prejuízos operacionais.
- 10.3.** O critério anteriormente adotado mostrou-se suscetível à apresentação de propostas aparentemente inexecutáveis, comprometendo a eficiência da execução e a qualidade do serviço prestado. A adoção do menor preço global, no modelo estruturado com RAV fixa, mostra-se mais adequada para aferir a vantajosidade da proposta em bases concretas, com maior previsibilidade e segurança para a Administração.
- 10.4.** Além disso, o critério de julgamento pelo menor preço está alinhado com

práticas adotadas por outros órgãos públicos, conforme identificado na pesquisa de preços, reforçando sua adequação para a seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

11. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

11.1. A estimativa da quantidade a ser adquirida está apresentada a seguir:

Código	Descrição	Quantidade
55.0954	Passagens aéreas nacionais*	940
55.0955	Passagens aéreas internacionais*	10
55.1041	Hospedagem**	677

*A quantidade anual estimada de bilhetes aéreos é de 950 (novecentos e cinquenta), sendo 940 (novecentos e quarenta) bilhetes nacionais e 10 (dez) bilhetes internacionais, tomando-se como referência a média da contratação vigente.

**A quantidade anual estimada de reservas de hospedagem, já excluída a parcela anteriormente atribuída ao setor SAAB (303 diárias), é de 677 (seiscentas e setenta e sete) reservas.

11.2. Os quantitativos acima são estimados e não geram obrigação de contratação integral pela Administração.

11.3. Histórico de consumo do objeto:

11.3.1. Foram realizados cálculos para a obtenção dos quantitativos de consumo para a licitação relativa à contratação de empresa para o fornecimento de passagens aéreas:

a) A estimativa de quantitativos de bilhetes aéreos para a próxima licitação foi fixada com base na análise do histórico efetivo de emissão de passagens aéreas registrado nos exercícios de 2025 e 2026, considerados como séries de referência aptas a demonstrar o padrão recente de demanda da Administração. Nesse sentido, segue, abaixo, tabela demonstrativa do total consumido de bilhetes aéreos durante o ano de 2025:

Referência	Nº de Bilhetes	Valor Líquido	Média
Janeiro	40	30.068,08	751,70
Fevereiro	78	78.850,03	1010,90
Março	87	86.895,41	998,80
Abril	86	71.930,08	836,40
Maio	99	106.816,98	1078,96
Junho	44	40.890,89	929,34
Julho	70	58.039,01	829,13
Agosto	81	91.293,25	1127,08
Setembro	91	112.050,69	1231,33
Outubro	95	104.082,00	1095,60
Novembro	59	93.492,74	1584,62
Dezembro	36	57.303,80	1591,77
Total	866	931.712,96	1088,80

- b) No exercício de 2025, foram emitidos **866 bilhetes aéreos**, com valor total de **R\$ 931.712,96**. O histórico mensal demonstra oscilação natural da demanda ao longo do exercício, com meses de maior utilização — como maio, setembro e outubro — e meses de menor emissão — como janeiro e dezembro —, evidenciando que o consumo anual não ocorre de forma linear, mas acompanha necessidades institucionais específicas, deslocamentos funcionais, agendas administrativas e eventuais eventos concentrados em determinados períodos.
- c) Para o exercício de 2026, até o momento considerado no levantamento, foram emitidos **401 bilhetes aéreos¹**, correspondentes ao período de janeiro a maio, com valor total

acumulado de **R\$ 430.241,54**. Esse consumo parcial representa uma média mensal de aproximadamente **80,2 bilhetes**, o que, se anualizado para doze meses, indicaria uma projeção aproximada de **962 bilhetes** para o exercício completo em consonância, de forma aproximada, com a previsão de gastos realizada para o ano de 2026².

11.3.2. Histórico de emissão de passagens aéreas no ano de 2026 (até o presente momento):

Referência	Nº de Bilhetes	Valor Líquido	Média
Janeiro	30	26.791,36	893,05
Fevereiro	95	98.882,18	1.040,87
Março	123	128.312,26	1.043,19
Abril	56	78.866,82	1.408,34
Maior	97	97.388,92	1.004,01
Total	401	430.241,54	5.389,46

11.3.3. Previsão realizada para a licitação vigente atualmente (Ata de Registro de Preços nº 042/2025):

Tipo	Qtde Estimada	Valor Estimado	Valor Total
Nacional	940	1.282,00	1.205.080,00
Internacional	10	2.982,50	29.825,00
Total			1.234.905,00

11.3.4. O cotejo entre os cinco primeiros meses de 2025 e o mesmo período de 2026 reforça a adequação da estimativa adotada. De janeiro a maio de 2025, foram emitidos **390 bilhetes**; no mesmo intervalo de 2026, foram emitidos **401 bilhetes**, o que representa acréscimo de

aproximadamente **2,82%** no quantitativo de emissões. Em termos financeiros, o valor total passou de **R\$ 374.560,58** no período de janeiro a maio de 2025 para **R\$ 430.241,54** no mesmo período de 2026, com aumento aproximado de **14,87%**, indicando não apenas a manutenção do patamar de consumo, mas também elevação do custo médio das passagens emitidas.

11.3.5. Dessa forma, a estimativa de **950 bilhetes aéreos** para a próxima licitação mostra-se tecnicamente compatível com o comportamento histórico observado. O quantitativo proposto é superior ao total efetivamente emitido em 2025, de **866 bilhetes**, em aproximadamente **9,70%**, o que confere margem razoável para absorver eventual crescimento da demanda institucional, sem, contudo, configurar superestimativa desproporcional. Ao mesmo tempo, o quantitativo de 950 bilhetes é ligeiramente inferior à projeção anualizada do consumo parcial de 2026, estimada em aproximadamente **962 bilhetes**, o que evidencia postura prudente e conservadora na fixação da demanda.

11.3.6. A previsão para a próxima licitação foi distribuída em **940 bilhetes nacionais** e **10 bilhetes internacionais**, totalizando **950 bilhetes**. A predominância absoluta dos bilhetes nacionais reflete o perfil histórico de utilização do serviço, voltado majoritariamente ao deslocamento em território nacional. A manutenção de **10 bilhetes internacionais** observa o mesmo patamar previsto na contratação vigente, preservando reserva mínima para eventual necessidade institucional de deslocamento ao exterior, sem ampliar indevidamente esse item de baixa recorrência.

11.3.7. Em comparação com a contratação atualmente vigente, formalizada na **Ata de Registro de Preços nº 001/2025³**, verifica-se que haviam sido estimados **962 bilhetes nacionais** e **10 bilhetes internacionais**, totalizando **972 bilhetes**. A nova previsão, de **950 bilhetes**, representa redução de **22 bilhetes** em relação ao quantitativo anteriormente estimado, equivalente a aproximadamente **2,26%**. Especificamente quanto aos bilhetes nacionais, a estimativa passa de **962 para 940 unidades**, redução de aproximadamente **2,29%**, enquanto o quantitativo de bilhetes internacionais permanece inalterado em **10 unidades**.

11.3.8. Estimativa de consumo para a Ata de Registro de Preços vigente atualmente:

Ata de RP - 001/2025			
Tipo	Qtde Estimada	Valor Estimado	Valor Total
Nacional	962	1.227,68	1.181.028,16
Internacional	10	2.432,15	24.321,50
Total Previsto			1.205.349,66
Total Realizado			931.712,96

11.3.9. Esse cotejo demonstra que a Administração não está ampliando artificialmente o quantitativo da próxima contratação. Ao contrário, a estimativa proposta ajusta o número de bilhetes ao histórico efetivo de utilização, considerando o consumo real de 2025, o comportamento já observado em 2026 e a necessidade de manter margem operacional suficiente para atendimento das demandas institucionais durante a vigência contratual

11.3.10. No que se refere aos valores estimados, a próxima licitação prevê valor unitário de **R\$ 1.282,00** para bilhetes nacionais e de **R\$ 2.982,50** para bilhetes internacionais, resultando em valor total estimado de **R\$ 1.234.905,00**. Em relação à Ata de Registro de Preços nº 001/2025, cujo valor total previsto era de **R\$ 1.205.349,66**, observa-se acréscimo global de aproximadamente **2,45%**, apesar da redução no quantitativo total de bilhetes. Esse comportamento decorre da atualização dos valores unitários estimados, especialmente do bilhete internacional, e é coerente com a elevação do custo médio observada no histórico parcial de 2026.

11.3.11. Também se observa que, embora o total efetivamente realizado em 2025 tenha sido de **R\$ 931.712,96**, inferior ao total previsto na Ata de Registro de Preços nº 001/2025, tal diferença não afasta a necessidade de manutenção de quantitativo suficiente para a próxima contratação. Isso porque a contratação deve assegurar cobertura para demandas futuras e eventuais variações de agenda institucional, não podendo se limitar exclusivamente ao consumo

pretérito fechado, sobretudo diante do aumento já constatado no número de bilhetes emitidos nos primeiros meses de 2026 em comparação com igual período de 2025

11.3.12. Assim, o quantitativo total de **950 bilhetes aéreos**, sendo **940 nacionais** e **10 internacionais**, revela-se adequado, proporcional e tecnicamente justificado, pois:

- a) Considera o total efetivamente consumido em 2025, de **866 bilhetes**;
- b) Incorpora o comportamento parcial de 2026, que registra **401 bilhetes emitidos até maio**;
- c) Mantém aderência à projeção anualizada do consumo de 2026, de aproximadamente **962 bilhetes**;
- d) Reduz o quantitativo originalmente previsto na contratação vigente, de **972 para 950 bilhetes**;
- e) Preserva margem de segurança compatível com a natureza variável da demanda por deslocamentos aéreos; e
- f) Distingue adequadamente a demanda ordinária nacional da demanda eventual internacional.

11.3.13. Conclui-se, portanto, que a estimativa de consumo adotada para a próxima licitação foi definida a partir de critério objetivo, baseado em dados históricos de utilização, cotejo entre exercícios, projeção proporcional do consumo em curso e análise comparativa com a contratação vigente, atendendo aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, planejamento e eficiência administrativa.

11.4. Forma de distinção entre passagens nacionais e internacionais na projeção.

11.4.1. A distinção entre passagens aéreas nacionais e internacionais foi estabelecida com base no padrão de consumo da contratação anterior, especificamente na Ata de Registro de Preços nº 001/2025, na qual foram previstos 962 bilhetes nacionais e 10 bilhetes internacionais. Para a contratação futura, manteve-se o quantitativo de 10

11.4.2. bilhetes internacionais, reduzindo-se apenas a projeção de bilhetes

nacionais para 940 unidades, totalizando 950 bilhetes aéreos. Tal critério decorre da constatação de que a demanda por passagens internacionais possui caráter excepcional e baixa representatividade no conjunto do objeto, razão pela qual foi preservada em patamar residual e estável.

11.5. Estimativa

11.5.1. A estimativa de gastos com hospedagem para a próxima licitação foi definida com base em metodologia objetiva, consistente na análise do histórico de utilização do serviço no exercício de 2025, no acompanhamento do consumo verificado em 2026 até o momento do levantamento e na recomposição do quantitativo originalmente projetado, em razão da exclusão das demandas vinculadas ao setor SAAB/Júri, que não mais integrarão o escopo da futura Ata de Registro de Preços.

11.5.2. No exercício de 2025, a contratação vigente previu **817 diárias**, ao valor unitário estimado de **R\$ 312,47**, totalizando **R\$ 255.287,99**. O consumo efetivamente realizado naquele exercício alcançou **R\$ 203.742,95**, correspondente a aproximadamente **80% do valor total previsto**, e a utilização quantitativa indicada no levantamento correspondeu a cerca de **69% da quantidade estimada**. Esses dados demonstram que houve utilização relevante da Ata, embora sem exaurimento integral dos quantitativos inicialmente planejados.

Tipo	Qtde Estimada	Valor Estimado	Valor Total
Diárias	817	312,47	255.287,99
Total Realizado			203.742,95
Percentual de utilização da ARP sobre a quantidade.			69%
Percentual de utilização da ARP sobre o valor.			80%

11.5.3. O histórico de 2025 também evidencia que as despesas com hospedagem foram distribuídas entre diferentes unidades demandantes, com registros associados à Presidência e Corregedoria, à EPM e ao setor SAAB/Júri. Esse dado é relevante porque a demanda histórica global de hospedagens contemplava

unidade que, para a próxima contratação, deixará de ser abrangida pelo novo instrumento, exigindo ajuste específico do quantitativo a ser licitado.

Total de Gastos com Hospedagens no Ano de 2025									
Referência	Presidência e Corregedoria			SAAB - JÚRI			EPM		
	Qtde	Valor Unitário Médio	Valor Total	Qtde	Valor Unitário Médio	Valor Total	Qtde	Valor Unitário Médio	Valor Total
Janeiro	0	0	0	0	-	-	0	0	0
Fevereiro	9	505,03	4.545,29	16	284,1	4545,58	6	456,29	2.737,72
Março	9	364,23	3.278,11	11	127,14	1398,59	3	618,36	1.855,08
Abril	4	385,34	1.541,36	73	173,85	12691,05	3	492,35	1.477,05
Maio	37	657,46	24.326,09	31	168,85	5234,32	10	868,39	8.683,94
Junho	40	230,62	9.224,82	34	418,26	14221	12	471,05	5.652,54
Julho	6	403,43	2.420,58	9	465,22	4187	3	474,82	1.424,45
Agosto	0	0	0	17	630,22	10713,82	11	484,14	5.325,52
Setembro	0	0	0	31	286,5	8881,48	18	440,11	7.921,98
Outubro	2	274,32	548,63	30	488,52	14655,5	6	458,65	2.751,92
Novembro	20	345,7	6913,9	28	338,07	9465,96	10	412,32	4123,24
Dezembro	40	254,53	10181,26	14	338,07	4732,98	20	404,11	8082,19
Total	167	285,05	62.980,04	294	338,07	90.727,28	82	465,05	50.035,63

11.5.4. Em relação ao exercício de 2026, os dados constantes do levantamento indicam, até o momento considerado, despesas com hospedagem vinculadas à **Presidência e Corregedoria** e à **EPM**, com registro de **71 diárias** para a Presidência e Corregedoria, no valor de **R\$ 45.103,15**, e **142 diárias** para a EPM, no valor de **R\$ 25.163,27**. Assim, o consumo parcial de 2026 alcança **213 diárias**, com despesa total de **R\$ 70.266,42**.

Total de Gastos com Hospedagens no Ano de 2026						
Referência	Presidência e Corregedoria			EPM		
	Qtde	Valor Unitário Médio	Valor Total	Qtde	Valor Unitário Médio	Valor Total
Janeiro	0	0	0	0	0	0
Fevereiro	2	328,94	657,88	0	0	0
Março	8	364,38	2915	16	248,85	3.981,64
Abril	25	830,72	20768,05	56	106,93	5.988,20
Maio	36	576,73	20762,22	70	217,05	15.193,43
Total	71	420,15	45.103,15	142	114,57	25.163,27

11.5.5. Esses dados parciais de 2026 devem ser avaliados de forma complementar ao histórico de 2025, e não isoladamente, pois a demanda por hospedagens não apresenta comportamento necessariamente linear ao longo do exercício. Trata-se de despesa sujeita a variações decorrentes de calendário institucional, deslocamentos funcionais, cursos, eventos, atividades presenciais, convocações e demais necessidades administrativas. Por essa razão, a estimativa da próxima licitação deve considerar tanto o consumo já verificado quanto a necessidade de assegurar margem operacional suficiente para atendimento das demandas futuras durante toda a vigência contratual.

11.5.6. A previsão anteriormente formulada para a Ata de Registro de Preços em vigência em 2026 havia considerado **980 diárias**, ao valor unitário estimado de **R\$ 386,00**, perfazendo o valor total de **R\$ 378.280,00**. Todavia, para a próxima licitação, verificou-se a necessidade de recompor esse quantitativo, uma vez que **303 diárias** estavam associadas à expectativa de consumo do setor **SAAB/Júri**, unidade que não mais será abrangida pelo escopo da nova Ata de Registro de Preços.

11.5.7. Assim, o método adotado para a fixação do quantitativo da próxima licitação consistiu na subtração objetiva das diárias atribuídas ao setor SAAB/Júri do quantitativo total anteriormente estimado para 2026:

- a) **980 diárias originalmente estimadas para 2026**
- b) **(-) 303 diárias atribuídas ao setor SAAB/Júri**
- c) **= 677 diárias estimadas para a próxima licitação**

- 11.5.8.** Dessa forma, o quantitativo de 677 diárias não decorre de arbitramento, mas de recomposição técnica do planejamento, mediante exclusão específica da parcela da demanda que deixará de compor o objeto contratual. Esse procedimento confere maior precisão à estimativa, pois impede que a futura contratação mantenha quantitativos correspondentes a setor que não será mais atendido pela Ata, evitando superdimensionamento do objeto.
- 11.5.9.** A exclusão das **303 diárias** do setor SAAB/Júri representa redução de aproximadamente **30,92%** em relação ao quantitativo originalmente previsto de **980 diárias**. Com isso, a próxima licitação passa a refletir apenas a demanda remanescente da Administração, preservando a coerência entre o escopo contratual e o universo efetivo de usuários beneficiários do serviço.
- 11.5.10.** Para a próxima licitação, portanto, foi fixada a estimativa de **677 diárias**, ao valor unitário de **R\$ 396,00**, resultando no valor total estimado de **R\$ 268.092,00**:

$$677 \text{ diárias} \times \text{R\$ } 396,00 = \text{R\$ } 268.092,00$$

Previsão Feita para a ATA de RP em Vigência em 2026			
Tipo	Qtde Estimada	Valor Estimado	Valor Total
Diária	980	386	378.280,00
Previsão Próxima Licitação (Excluindo-se a expectativa de diárias a serem utilizadas pela SAAB - Júri) que não estará mais abrangida no escopo da ATA de RP a ser firmada			
Tipo	Qtde Estimada	Valor Estimado	Valor Total
Diárias	677*	396	268.092,00

*Nota explicativa: O quantitativo de 677 diárias previsto para a próxima licitação foi obtido mediante recomposição da estimativa anteriormente adotada para 2026, com a exclusão de 303 diárias correspondentes à expectativa de consumo do setor SAAB/Júri, que não mais integrará o escopo da futura Ata de Registro de Preços.

Assim, partiu-se do total originalmente estimado de 980 diárias e subtraiu-se a parcela atribuída ao referido setor, resultando no novo quantitativo de 677 diárias, ao valor unitário estimado de R\$ 396,00, perfazendo o total de R\$ 268.092,00.

- 11.5.11.** Em comparação com a previsão anteriormente vigente para 2026, de

980 diárias e R\$ 378.280,00, a nova estimativa representa redução de 303 diárias e diminuição financeira de R\$ 110.188,00, equivalente a aproximadamente 29,13% do valor total anteriormente projetado. Esse cotejo demonstra que a Administração promoveu ajuste relevante no planejamento da contratação, adequando o quantitativo e o valor global à nova conformação do objeto.

11.5.12. Embora tenha havido redução expressiva em relação à previsão global anterior, a estimativa de **677 diárias** mantém margem compatível com o histórico de utilização. Considerando que em 2025 o consumo realizado indicado no levantamento correspondeu a aproximadamente **69% do quantitativo previsto** e a **80% do valor total estimado**, mostra-se tecnicamente adequado que a Administração não limite a nova previsão apenas ao consumo efetivamente executado, mas mantenha reserva suficiente para absorver oscilações ordinárias da demanda institucional.

11.5.13. O valor unitário adotado para a próxima licitação, de **R\$ 396,00**, também se mostra coerente com a evolução da estimativa de preços. Em relação ao valor unitário utilizado na previsão de 2026, de **R\$ 386,00**, há acréscimo moderado de aproximadamente **2,59%**, o que indica atualização prudente do parâmetro financeiro, sem elevação desproporcional do custo unitário estimado.

11.5.14. Desse modo, a metodologia adotada combina três elementos técnicos:

- a) O histórico de execução de 2025;
- b) O consumo parcial registrado em 2026; e
- c) A recomposição do quantitativo em razão da retirada do setor SAAB/Júri do escopo da futura contratação. A aplicação conjunta desses critérios permite que a estimativa seja aderente ao comportamento pretérito da despesa, compatível com a execução em curso e ajustada à nova realidade administrativa.

11.6. Cotejo com o consumo da contratação atualmente vigente

11.6.1. O cotejo com a contratação vigente foi realizado com base no histórico de emissão de passagens aéreas no exercício de **2025**, referente à **Ata de Registro de Preços nº 001/2025**, no âmbito da

qual foram emitidos **881 bilhetes**, correspondentes a **90,64% de utilização** do quantitativo então estimado. A projeção para a próxima contratação foi fixada em **950 bilhetes**, sendo **940 nacionais** e **10 internacionais**, o que representa **percentual estimado de utilização de 91,77%**, caso mantido o padrão de consumo de 2025. Assim, a estimativa adotada guarda aderência com a execução efetiva da contratação vigente e foi construída a partir de dados concretos de utilização.

12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA (Inc. V, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

12.1. Soluções de mercado

12.1.1. Credenciamento direto de empresas aéreas e meios de hospedagem.

1. Vantagens

Redução de custos com a eliminação de intermediários e acesso direto a tarifas, além de maior transparência nos gastos, facilitando controle e auditoria. O modelo aumenta a competitividade entre fornecedores, permite escolher sempre a proposta mais vantajosa e oferece flexibilidade operacional. Também é adequado para demandas descentralizadas e incentiva melhores condições no mercado.

2. Desvantagens

Maior complexidade operacional, pois a Administração passa a executar tarefas típicas de agências (pesquisa, comparação e gestão de reservas), exigindo mais estrutura, equipe qualificada e sistemas tecnológicos. Além disso, envolve a gestão de múltiplos fornecedores e contratos. O suporte operacional é reduzido, sem serviços como atendimento 24h e suporte emergencial, o que dificulta a resolução rápida de problemas, especialmente em situações urgentes.

12.1.2. Agenciamento com aplicação de desconto sobre tarifas, sem cobrança de REMUNERAÇÃO DO AGENTE DE VIAGENS – RAV.

3. Vantagens

Gera economia direta, com critério simples, objetivo e transparente, estimulando a competitividade entre

agências e mantendo a centralização do atendimento com serviços completos.

4. Desvantagens

Há risco de desconto ilusório, redução da qualidade do serviço, custos indiretos e menor flexibilidade, além de maior dependência da agência e dificuldade de comprovar a economicidade. Soma-se a isso o histórico de descumprimento contratual pela empresa em contratações anteriores do Tribunal de Justiça.

12.1.3. Agenciamento com self booking e REMUNERAÇÃO DO AGENTE DE VIAGENS – RAV fixa.

5. Vantagens

Oferece maior previsibilidade e transparência nos custos, com possibilidade de alinhar interesses para buscar melhores opções. Também contribui para a qualidade e profissionalização do serviço, garantindo suporte completo por meio de uma remuneração adequada. Adicionalmente verifica-se que a remuneração da agência por taxa fixa apresenta-se como solução mais racional evitando, dessa forma, que a contratada passe a ganhar mais quando a tarifa é mais alta.

6. Desvantagens

Envolve custo adicional pela intermediação, risco de desalinhamento de interesses (especialmente em remuneração percentual), menor incentivo à economia e necessidade de modelagem contratual cuidadosa.

12.1.4. Formas de contratação

ii. Sistema de Registro de Preços (SRP)

1. Vantagens

O Sistema de Registro de Preços (SRP), quando aplicado à contratação de agência de viagens, confere maior agilidade e flexibilidade às contratações, mostrando-se especialmente adequado para atender demandas variáveis. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que permaneça vantajosa para o Tribunal de Justiça e haja anuência da detentora da ARP.

2. Desvantagens

O uso do SRP apresenta desafios, como a complexidade de gestão e a necessidade de controle contínuo do saldo das quantidades registradas e dos empenhos realizados. Soma-se a isso a dependência das condições previamente estabelecidas na ata, a possibilidade de falhas na execução, o risco de uso inadequado e a exigência de fiscalização constante para assegurar a qualidade dos serviços. Ademais, há a limitação de prorrogação da Ata de Registro de Preços por apenas um período adicional, tornando necessária a realização de nova licitação anual caso não haja anuência da detentora da ata para sua prorrogação.

12.1.5. Contratação tradicional com prestação de serviços continuada.

3. Vantagens

A contratação contínua oferece maior controle e padronização dos serviços, com condições bem definidas que facilitam a gestão, fiscalização e previsibilidade orçamentária. Além disso, proporciona uma relação mais estável com o fornecedor e maior agilidade no atendimento às demandas recorrentes. Possibilidade da prorrogação contínua do contrato em até 10(dez) anos, conforme previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4. Desvantagens

A contratação contínua apresenta desvantagens como menor flexibilidade e maior burocracia, podendo exigir aditivos contratuais, especialmente quando o saldo da quantidade estimada se mostra insuficiente para atender à demanda. Soma-se a isso a possível acomodação do prestador e a dificuldade de adaptação rápida a variações nas necessidades do serviço.

12.2. Conclusão

- iii. Após a análise das alternativas de solução apresentadas, conclui-se que a opção mais vantajosa para atendimento das necessidades do Tribunal de Justiça é a contratação de prestação de serviços de agenciamento de viagens com utilização de ferramenta de *self booking* e adoção de Remuneração do Agente de Viagens (RAV) fixa, conforme descrito no item 12.1.3.
- iv. A escolha dessa solução fundamenta-se na necessidade de conferir

maior autonomia operacional à unidade demandante, padronização dos procedimentos de solicitação e emissão de passagens, bem como maior transparência e controle dos custos envolvidos na contratação. A utilização de RAV fixa contribui para a previsibilidade das despesas e a redução do risco de inadimplência contratual.

- v. Adicionalmente, considerando o histórico das contratações anteriores e a natureza variável da demanda por serviços de viagens no Tribunal de Justiça, verifica-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme disposto no item 12.2.1, mostra-se a alternativa mais adequada. Tal modelo proporciona maior flexibilidade nas contratações, permitindo a realização de aquisições sob demanda, sem a obrigatoriedade de consumo integral dos quantitativos estimados, além de favorecer a eficiência administrativa e o adequado planejamento orçamentário.

13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inc. VI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

13.1. As estimativas de valores da contratação, unitários e totais, já adaptadas ao modelo de REMUNERAÇÃO DO AGENTE DE VIAGENS – RAV fixa e com exclusão dos valores do setor SAAB, são as seguintes:

Item	Código	Descrição	Informações adicionais	Quantidade anual (QA)	Remuneração do Agente de Viagem – RAV (R\$)	Valor unitário - VUE (R\$) *Incluída a taxa de embarque	Valor Anual Estimado da Contratação (R\$) - VT
1	55.0954	Passagens aéreas nacionais	Agenciamento via sistema de gestão de viagens corporativas – web	940	18,00	1.282,00	1.222.000,00
2	55.0955	Passagens aéreas internacionais	Agenciamento via sistema de gestão de viagens corporativas – web	10	18,00	2.982,50	30.005,00

Item	Código	Descrição	Informações adicionais	Quantidade anual (QA)	Remuneração do Agente de Viagem – RAV (R\$)	Valor unitário - VUE (R\$) *Incluída a taxa de embarque	Valor Anual Estimado da Contratação (R\$) - VT
3	54.1041	Hospedagem	Reserva de hospedagem em apartamento individual, com parâmetros definidos no Termo de Referência	677	10,00	386,00	268.092,00

- 13.2.** O valor total estimado da contratação é de R\$ 1.520.097,00.
- 13.3.** Do montante total, R\$ 1.252.005,00 correspondem ao custo estimado de passagens aéreas.
- 13.4.** O gasto estimado com hospedagem, excluída a parcela do setor SAAB, é de R\$ 268.092,00, considerando 677 reservas e valor unitário médio de R\$ 396,00.
- 13.5.** A remuneração estimada da DETENTORA DA ATA por REMUNERAÇÃO DO AGENTE DE VIAGENS – RAV fixa é de R\$ 23.870,00, sendo R\$ 17.100,00 relativos às passagens aéreas e R\$ 6.770,00 relativos às hospedagens.
- 13.6.** A exclusão dos valores do setor SAAB representa o expurgo estimado de 303 diárias, equivalentes a R\$ 119.988,00, com base na metodologia de precificação adotada no ETP base.
- 13.7.** Essas faixas são compatíveis com o fato de que:
- 13.7.1.** o Senado trabalhou com valor unitário estimado de R\$ 15,05 por emissão aérea; [www6g.senado.gov.br]
- 13.7.2.** o TCU reputa mais racional a taxa fixa; [portal.tcu.gov.br]
- 13.7.3.** o TJSP exige plataforma, plantão, controle documental, prova de menor preço e paridade com os valores praticados no mercado (sites das companhias aéreas e de hotéis)

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Inc. VII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 14.1.** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, por meio de Sistema de Registro de Preços, compreendendo cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso e gestão de créditos de passagens aéreas nacionais e internacionais e de hospedagens, mediante disponibilização de sistema informatizado de autoagendamento (self booking), com atendimento remoto permanente e plantão 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- 14.2.** A remuneração da DETENTORA DA ATA será feita por taxa fixa unitária de transação (REMUNERAÇÃO DO AGENTE DE VIAGENS - RAV), incidente sobre cada bilhete aéreo efetivamente emitido e sobre cada reserva de hospedagem efetivamente confirmada. Os preços das passagens aéreas e das hospedagens permanecerão vinculados aos valores efetivamente praticados no mercado no momento da reserva, vedada a aplicação de markup.
- 14.3.** Na hipótese de o sistema não conseguir atender à demanda, a DETENTORA DA ATA deverá providenciar a emissão ou a reserva por meio de suporte direto da agência, utilizando canais disponíveis 24 horas, inclusive e-mail, telefone e aplicativo de mensagens.
- 14.4.** A execução dos serviços ocorrerá nas seguintes condições: a emissão e compra de passagens aéreas serão realizadas exclusivamente pela SPR 1 – Diretoria de Expediente do Gabinete Civil da Presidência, por meio do Sistema de Gestão de Viagens Corporativas (self-booking).
- 14.5.** Em regra, as solicitações de bilhetes e reservas de hospedagem deverão ser feitas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data da viagem, nos termos da Portaria nº 10.348/2024 (TJSP), admitindo-se, excepcionalmente, solicitações fora do prazo em situações emergenciais, mediante apreciação da Presidência. A passagem aérea poderá abranger ida e volta ou apenas um trecho, quando este representar a totalidade da contratação, entendendo-se por “trecho” todo o percurso entre origem e destino, ainda que haja escalas, conexões ou mais de uma companhia aérea.
- 14.6.** As reservas de hotéis serão providenciadas pelos(as) fiscais do contrato indicados pela Presidência, pela Corregedoria-Geral da Justiça e pela Escola Paulista da Magistratura – EPM, também via self booking. A hospedagem corresponderá à diária de 24 (vinte e quatro) horas. As condições de cancelamento, no-show, reembolso de hospedagens e as condições tarifárias observarão o previsto no Termo de Referência, com exigência de demonstrativo e discriminação de valores quando houver cobrança.

15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Inc. VIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 15.1.** Opta-se pelo não parcelamento da contratação dos serviços de agenciamento de viagens, abrangendo a emissão de passagens aéreas e a reserva de hospedagens, em razão da natureza integrada e interdependente desses serviços.
- 15.2.** A execução desses serviços de forma unificada por um único fornecedor favorece a eficiência operacional, uma vez que as atividades de cotação, emissão, remarcação, cancelamento e suporte demandam coordenação contínua e centralizada. A eventual divisão do objeto em contratos distintos poderia gerar sobreposição de responsabilidades, dificuldades de comunicação e aumento do risco de falhas na execução, especialmente em situações que exigem respostas rápidas, como alterações emergenciais de itinerário.
- 15.3.** Além disso, a contratação conjunta contribui para a padronização dos procedimentos, melhoria na qualidade do atendimento e maior controle administrativo, permitindo gestão mais eficaz das demandas e dos custos envolvidos. O parcelamento também poderia acarretar aumento de custos indiretos e perda de ganhos de escala, reduzindo a vantajosidade da contratação.
- 15.4.** Ressalta-se, ainda, que a adoção de solução integrada possibilita melhor funcionamento de ferramentas de *self booking*, bem como maior eficiência na aplicação da Remuneração do Agente de Viagens (RAV), evitando inconsistências e divergências operacionais.

16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inc. IX, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 16.1.** Garantir o fornecimento contínuo, ágil e auditável de passagens aéreas e hospedagens necessárias ao desenvolvimento das ações institucionais do Tribunal.
- 16.2.** Assegurar atendimento tempestivo das demandas rotineiras, excepcionais e emergenciais.
- 16.3.** Viabilizar maior controle sobre tarifas, regras tarifárias, reembolsos, cancelamentos, créditos e valores cobrados.
- 16.4.** Obter solução economicamente sustentável, com menor risco de inexecutabilidade da Ata.

17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO (Inc. X, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 17.1.** Disponibilização de equipamentos com acesso à internet para utilização do sistema self booking.
- 17.2.** Credenciamento dos usuários internos e treinamento para uso da plataforma.

18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inc. XI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Não há contratações correlatas ou interdependentes aptas a impactar a execução do objeto.

19. IMPACTOS AMBIENTAIS (Inc. XII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 19.1.** A contratação deverá privilegiar fluxos digitais, redução de emissão de documentos em papel e observância às diretrizes de sustentabilidade aplicáveis.
- 19.2.** A DETENTORA DA ATA deverá observar a legislação ambiental e adotar boas práticas de sustentabilidade em sua atuação, conforme as diretrizes da Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021;

20. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS (art. 44, Lei 14.133/21)

Não aplicável.

21. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO (art. 15, Lei 14.133/21)

- 21.1.** A participação de empresas em consórcio deverá levar em consideração a complexidade do objeto e as restrições de mercado que levam à impossibilidade de empresas participarem da licitação isoladamente para atender ao objeto da contratação, tornando a competição reservada a poucas empresas aptas a preencher as condições especiais da licitação. Neste caso, o consórcio visa a ampliar o universo de licitantes permitindo a associação entre os particulares, a fim de possibilitar a soma das capacidades operacionais.

- 21.2.** Considerando que o objeto a ser contratado não se enquadra na hipótese estabelecida no item 21.1, em razão de ser de natureza comum, sem características especiais ou necessidade de esforços operacionais para atender ao objeto, possibilitando assim a ampla participação de empresas, não há necessidade da instituição do consórcio nesta contratação.

22. VISTORIA/VISITA TÉCNICA (§§ 2º, 3º e 4º, art. 63, Lei 14.133/21)

Não aplicável.

23. PLANO DE RISCOS (inc. XIII, art. 2º, Provimento nº 2.724/2023)

O conteúdo do Plano de Riscos encontra-se apartado através do Processo CPA nº 2026/59747.

24. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- 24.1.** Identificação dos servidores responsáveis pela execução do planejamento da contratação.

Unidade solicitante	SPR – Secretaria da Presidência
Secretaria/Diretoria responsável	SPR 1 – Diretoria de Expediente do Gabinete Civil da Presidência.
Gestor ou Gestora de Planejamento da contratação	Luiza Fernanda Silva Moraes - Diretora (gestora) José Claudino de Lima – Coordenador SPR 1.1. (suplente)
Equipe de planejamento da contratação	Luiza Fernanda Silva Moraes, José Claudino de Lima; Natália Mizuta; Weslei Ferreira Vieira; Fabiana Borba Castello.
Equipe de Apoio	Luiza Fernanda Silva Moraes, José Claudino de Lima; Natália Mizuta; Weslei Ferreira Vieira; Fabiana Borba Castello.

- 24.2.** Identificação dos servidores responsáveis pela gestão da Ata de Registro de Preços (art. 72 do Provimento CSM nº 2.724/2023).

Gestor da Ata de Registro de Preços	Luiza Fernanda Silva Moraes – Diretora SPR1
--	---

Suplente(s) do Gestor da Registro de Preços	José Claudino de Lima – Coordenador SPR1.1
--	--

25. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA (Inc. XIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

À vista do exposto, conclui-se que a contratação da solução de prestação continuada de serviços de agenciamento de viagens e hospedagens, com sistema self booking e Remuneração do Agente de Viagens – RAV fixa, mostra-se tecnicamente viável, necessária e compatível com o interesse público.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), com formalização por Ata de Registro de Preços (ARP), é juridicamente adequada e compatível com a natureza do objeto, permitindo o registro de condições e preços para contratações futuras conforme a demanda efetiva do TJSP. A ARP terá vigência de 1 (um) ano prorrogável por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

Vantagens concretas da Ata de Registro de Preços contínuo com Remuneração do Agente de Viagens – RAV fixa para o TJSP:

- Mais atratividade ao mercado, porque a agência consegue amortizar investimento em tecnologia, integração, treinamento e suporte ao longo de prazo maior.
- Melhor aderência à lógica econômica do objeto, que é prestação continuada sob demanda, com forte componente de gestão e suporte, e não simples “revenda” de passagens/hotel. [portal.tcu.gov.br]
- Mais fácil calibragem da remuneração, porque o TJSP pode trabalhar com itens unitários remuneratórios, em vez de depender de desconto amplo sobre tarifas de terceiros.

Com relação à prática da Remuneração do Agente de Viagens – RAV fixa, há um referencial normativo e institucional importante: o TCU já destacou expressamente que, como o trabalho da agência não depende do valor da tarifa, a remuneração por taxa fixa é mais racional; e que vincular remuneração a percentual da tarifa pode estimular comportamento antieconômico. O Tribunal também recomendou exigir planilhas de custos e mecanismos de conferência das tarifas. [portal.tcu.gov.br]

Já os custos estimados são compatíveis com a necessidade administrativa; a

exclusão dos valores do setor SAAB foi refletida na recomposição da estimativa de hospedagem; os riscos identificados são administráveis; e a solução proposta corrige a fragilidade econômica observada no modelo anterior baseado em desconto sobre tarifas.

O quadro abaixo demonstra as principais alterações em relação à contratação anterior:

Tema	ETP anterior	Versão atual com marcações
Modelo de contratação	Registro de preços / lógica anterior	Manutenção da Ata de Registro de Preços continuado.
Modelo econômico	Desconto sobre tarifas / s em Remuneração do Agente de Viagens - RAV.	Pagamento dos valores efetivos + Remuneração do Agente de Viagens - RAV fixa.
Critério de julgamento	Maior desconto.	Menor valor global das taxas de transação (Remuneração do Agente de Viagens – RAV fixa).
Setor SAAB	Integrava a estimativa de gastos com hospedagem no ETP anterior.	Excluído da nova contratação.
Hospedagem	980 reservas estimadas.	677 reservas estimadas, após exclusão da SAAB.
Valor total estimado	Base anterior do ETP 2026: R\$ 1.640.085,00	R\$ 1.520.097,00 no modelo com Remuneração do Agente de Viagens – RAV fixa e sem SAAB.

São Paulo, data registrada em sistema.

Assinatura eletrônica da equipe de planejamento da contratação

Luiza Fernanda Silva Moraes

Diretora SPR 1

(Assinatura eletrônica)

José Claudino de Lima

Coordenador SPR 1.1
(Assinatura eletrônica)

Natália Mizuta
Supervisora SPR 1.3.1
(Assinatura eletrônica)

Weslei Ferreira Vieira
Chefe de Seção Judiciário SPR 1.1.1.1
(Assinatura eletrônica)

Fabiana Borba Castello
Chefe de Seção Judiciário SPR 1.3.1.1
(Assinatura eletrônica)